

## Auditoria Compartilha - Edição nº 006/2021

Portaria nº 1347, de 09 de Junho de 2021

### NORMATIVOS INTERNOS

#### ***Portarias***

[Portaria nº 1347, de 09 de Junho de 2021](#)

Criar o Escritório de Gestão de Contratações de TIC - EGCTIC, subordinado à Assessoria Executiva - AEX/DTI/Reitoria

[Portaria nº 1506, de 30 de Junho de 2021](#)

Teletrabalho no âmbito do IFS

[Portaria nº 1349, de 09 de Junho de 2021](#)

Extinguir Coordenadoria de Telecomunicações - CTEL, DTI

#### ***Conselho Superior***

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 80, DE 02 DE JUNHO DE 2021](#)

Referenda a Resolução CS/IFS nº 77, de 07/05/2021, que aprovou, ad referendum, a concordância com a Renovação da Autorização de Apoio junto à FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, inscrita sob o CNPJ: 14.645.162/0001-91, no âmbito do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 81, DE 02 DE JUNHO DE 2021](#)

Referenda a Resolução CS/IFS nº 78, de 07/05/2021, que ratificou, ad referendum, a aprovação do Relatório de Gestão 2019 da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FAPEX, inscrita sob o CNPJ: 14.645.162/0001-91, no âmbito do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 83, DE 09 DE JUNHO DE 2021](#)

Dispõe sobre o Regulamento de Concessão de Afastamentos aos servidores Técnico Administrativos em Educação - TAEs, no âmbito do IFS, para participação em Programas de Pós graduação stricto sensu e realização de estudo no exterior, em cumprimento ao disposto nos ARTs. 95, 96 e 96-A, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, e 34, do Decreto nº 9.991/2019.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 84, DE 22 DE JUNHO DE 2021](#)

Referenda com alterações a Resolução CS/IFS nº 60, de 06/01/2021, que alterou o Regulamento do Ensino Remoto Emergencial no âmbito do IFS.

[RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 82, DE 02 DE JUNHO DE 2021](#)

Altera, ad referendum, o Regulamento de Concessão de Auxílio Emergencial de Inclusão Digital do IFS.

## NORMATIVOS EXTERNOS

[INSTRUÇÃO NORMATIVA GSI/PR Nº 3, DE 28 DE MAIO DE 2021](#). Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

[Trata-se da publicação dos vetos derrubados da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#). Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 54, DE 20 DE MAIO DE 2021](#). Dispõe sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), nas situações de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve, para o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas.

### **Notas Técnicas e Orientações Normativas**

[NOTA TÉCNICA SEI Nº SEI Nº 21248/2021/ME](#)

Consulta acerca da possibilidade de suspensão da contagem do prazo legal quinquenal para aquisição de direito à solicitação da licença para capacitação.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº SEI Nº 21343/2021/ME](#)

Possibilidade de empregados públicos e empregados de empresas estatais em exercício em órgão do Poder Executivo federal por meio de cessão ou requisição, participarem das ações de desenvolvimento e programas de capacitação instituídos aos servidores públicos do quadro do órgão.

[NOTA TÉCNICA SEI Nº SEI Nº 21526/2021/ME](#)

Prorrogação do prazo para compensação de horas decorrentes de atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares desempenhados durante a jornada de trabalho e com percepção da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), visto a atual pandemia pelo coronavírus.

## INFORMATIVOS

## **Notícias**

e  
[STJ anula licitação e adia eficácia com base em nova lei para evitar ruptura.](#)

e  
[Licitação e contratação no contexto do marco legal das startups.](#)

e  
[Na nova Lei de Licitações é possível contratar diretamente a compra ou locação de imóvel?](#)

[TCU: não cabe interpretação literal para a vedação à inclusão de "documento novo".](#)

e  
[Em relação ao saneamento de vícios, qual a disciplina da nova Lei de Licitações?](#)

## **Artigos**

[Os laboratórios de experimentação da administração pública, como extensão dos processos de inovação pública: o caso de](#)





<b>Gestão de Riscos</b>	<hr/>	

	<a href="#">SCDP - Aprovação e Pagamento</a>	25h
	<a href="#">Aplicação de Penalidades nos _____</a>	

não pode ser aplicada a sócios e administradores de empresas licitantes, por falta de previsão legal, restringindo-se sua aplicação às pessoas jurídicas que praticaram fraude em licitação. O direito administrativo sancionador submete-se à reserva do princípio da legalidade estrita quanto a tipicidade, penalidade e sujeitos passivos, não cabendo ampliar o alcance da sanção a sujeitos não abrangidos pela literalidade do dispositivo legal.



